

01. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado) A medida de retirada compulsória de pessoa nacional de outro país, que ingressou em território nacional com visto de visita e está exercendo atividade remunerada, será

A) a repatriação, que é a medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.

B) a deportação, que é a medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontra em situação migratória irregular em território nacional.

C) a expulsão, que é medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.

D) a extradição, que é a medida de cooperação internacional entre o Estado brasileiro e outro Estado pela qual se concede ou solicita a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso.

Gabarito: B

Comentários: O art. 50 da Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) prevê que a deportação é a medida administrativa que o Estado soberano brasileiro poderá adotar para determinar a retirada compulsória de estrangeiro (migrante ou visitante) cujo o ingresso ou a permanência no território nacional ocorreu de modo irregular. O ingresso no Brasil com um visto de visita e a constatação de que o estrangeiro exerce, no país, atividade remunerada configura irregularidade na permanência, o que permite o emprego da deportação.

02. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado) Um brasileiro, casado com uma espanhola, faleceu durante uma viagem de negócios a Paris. O casal tinha dois filhos nascidos na Espanha e era domiciliado em Portugal. Ele deixou bens no Brasil.

Assinale a opção que indica a lei que regulará a sucessão por morte.

A) A brasileira.

B) A espanhola.

C) A francesa.

D) A portuguesa.

Gabarito: D

Comentários: O art. 10 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) estabelece que a sucessão, no Direito Internacional Privado, é regida pela lei do domicílio do *de cuius*. Conforme as descrições do enunciado da questão, o *de cuius* tinha domicílio em Portugal, o que justifica a aplicação da lei portuguesa para regular sua sucessão por morte.